



Estatuto da Segurança Privada é aprovado na Câmara



CNTV se reuniu com relator do projeto para apresentar proposta de alteração no estatuto.

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira (29) o texto final do Estatuto da Segurança Privada (PL 4.238/2012). O PL regulamenta a profissão de vigilante e estabelece atribuições e competências aos profissionais da área. O texto também prevê um regramento específico para a segurança de instituições financeiras.

Entre os pontos positivos destacados no texto aprovado estão: a ampliação da área de atuação dos vigilantes; geração de empregos; valorização da profissão realizando o combate à troca ou uso de vigilantes como vigias e porteiros;

obrigatoriedade de no mínimo 4 vigilantes por carro forte; possibilidade de blindagem de carros de escolta armada; fica impedido a locomoção de carro forte das 20h às 08h; empresas ficam obrigadas a constituírem reserva de capital (combate ao calote) entre outros.

Pelo Estatuto aprovado na Câmara, o vigilante tem amparo em lei para atuar na segurança patrimonial, transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal privada, atuação em eventos (estádios, ginásios, Shows, etc.), transporte (terrestres, aquaviário e marítimo) entre outros.

Por outro lado, o que frustrou a categoria são propostas referentes ao piso da categoria. A proposta original previa Piso Nacional atualizado no valor de 3 mil que não foi mantida. Além disso, o texto não avança o suficiente para melhorar a proteção e segurança para o vigilante, inclusive no porte de arma.

Nas últimas semanas a CNTV fez uma grande mobilização na Câmara junto ao Relator da Comissão Especial e tem lutado para garantir avanços.

O texto segue agora para o Senado, onde serão propostas novas alterações de interesse dos trabalhadores. Do Senado, se aprovado, vai à sanção presidencial para transformar-se

definitivamente em lei.

A CNTV e Sindicatos de luta estão atentos e atuantes para defender todos vigilantes. Exemplo disso é que a Confederação esteve presente em diversas audiências, reuniões, debates e encontros com Deputados na Câmara e nos Estados. Recomenda-se que toda categoria estude e participe dos debates sobre a proposta.

“Se a atual lei já regula a nossa atividade por 33 anos, este texto poderá regular nossa vida e profissão por mais 50 anos. O momento é de fazer história”, conclama o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

Fonte : CNTV



CNTV e vigilantes do DF acompanharam a votação

Vigilantes de Niterói (RJ) dão largada à campanha salarial 2017

The logo for the SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITERÓI E REGIÕES (SVNIT) features a crown at the top, a shield in the center with a scale of justice and a dollar sign, and the acronym SVNIT below. The shield is flanked by the words "SEGURANÇA" and "PROTEÇÃO". Below the logo, the text reads: "Base Abrangente: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá", "Tel.: (21) 3607-3070", "email: sindicatosvnit@r7.com", "Rua Gustavo Lira, 15 - Fundos Centro - Niterói/RJ", and "Filiado a: CUT".

O Sindicato dos vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT-RJ) realizará no próximo dia 17 assembleia geral para definir a pauta de reivindicação da campanha salarial 2017 da categoria. Segundo o presidente do SVNIT-RJ, Cláudio José de Oliveira,

afirma que é muito importante a participação de todos para garantir uma mobilização forte e atuante na luta por direitos.

A assembleia geral acontece a partir das 09h no Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí.

Serão discutidas as seguintes pautas:

Construir e aprovar a pauta de negociação coletiva 2017, autorização para a Diretoria fazer acordo ou instaurar dissídio coletivo se for o caso, assuntos Gerais e outros.

Fonte: CNTV com informações SVNIT

Vitória para vigilantes do Sul:

Projeto Anticalote passa em Comissão de Justiça



Deputado Vilaverde (PT-RS) ao centro, e diretoria do sindicato em sessão plenária realizada em outubro

Esta semana os vigilantes do Rio Grande do Sul tiveram motivos para comemorar. Na última terça-feira (29), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por sete votos a um, o parecer favorável ao PL 96/2015. Conhecido como Lei Anticalote, o projeto é de autoria do deputado estadual Adão Villaverde (PT-RS) e tem como objetivo proteger os trabalhadores terceirizados de serviços contratados pelo Estado. Muitas vezes, os trabalhadores terceirizados, entre eles também os vigilantes, são vítimas de empresas que não cumprem obrigações trabalhistas.

A CCJ discutiu a legalidade da proposta e agora o PL vai para apreciação numa comissão de mérito (Serviço Público ou Finanças). Somente após passar por algumas Comissões o PL poderá ir à votação no plenário da casa.

Foram necessários vários meses de mobilização e pressão do sindicato que representa a categoria, Sindivigilantes do Sul, junto aos deputados da CCJ para garantir esse avanço.

Para o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, o parecer favorável ao PL foi uma grande vitória e a expectativa agora é que o projeto seja aprovado nas próximas comissões.

“Que isto sirva de aviso aos empresários maus pagadores. Com aprovação do projeto

anti-calote na CCJ, vamos trabalhar para que o PL seja aprovado em plenário e não fique só no papel. Cobraremos de todas as autoridades, inclusive através do Ministério Público, para que essa lei seja realmente aplicada a fim de garantir os direitos dos vigilantes terceirizados”, afirmou Dias.

O PL determina que como garantia de pagamento, sejam depositados em uma conta vinculada, de um banco público, os valores referentes a férias, 13º salário, INSS e multa do FGTS. Isso deve evitar que as empresas terceirizadas apliquem o calote nos seus trabalhadores por má fé, incompetências dos gestores, falência ou desaparecimento da empresa, como muitas vezes acontece.

De acordo com deputado Adão Villaverde, os depósitos serão efetuados em conta-corrente vinculada, aberta em nome da empresa, e bloqueada para movimentação. “Para a liberação dos recursos, a empresa terá que comprovar, por meio de documentos, a destinação para o pagamento de indenizações trabalhistas”, concluiu.

A proposta determina também que a movimentação da conta poderá ser acompanhada pelos trabalhadores envolvidos e que o saldo total só será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato com o Poder Público, mediante declaração de quitação das indenizações trabalhistas emitida pelo do sindicato da categoria.

O PL foi inspirado em um projeto similar em vigor desde 2014 na Bahia, de autoria da deputada Maria Del Carmen Fidalgo (PT). Votaram favoravelmente, além de Villaverde, os deputados Luiz Fernando Mainardi (PT), Stela Farias (PT), Vilmar Zanchin (PMDB), Ciro Simoni (PDT), Jorge Pozzobon (PSDB), Elton Weber (PC do B) e Manuela D’Ávila (PC do B). Votou contra o deputado João Fischer (PP). Depois, Jorge Pozzobon voltou atrás e declarou voto contrário, mas a contagem oficial continuou a mesma, sete sim e um não.

Fonte: CNTV com informações Sindivigilantes do Sul

Centrais sindicais aprovam texto de Paim sobre regulamentação da terceirização



Senador Paulo Paim (PT-RS) reúne com Centrais sindicais e aprovam um substitutivo ao Projeto de terceirização

Em reunião realizada nesta quarta-feira (30/11), a CUT e outras centrais sindicais aprovaram o substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30 (antigo PL 4330), que trata do trabalho terceirizado. O próximo passo do parlamentar junto com as Centrais será agendar reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para entregar o texto elaborado a partir de quase 30 audiências públicas com a classe trabalhadora de todo o Brasil.

“Esse substitutivo representa o desejo dos trabalhadores e promove, de fato, o correto regramento da terceirização. O PLC 30 impõe a ampliação da precarização das relações de trabalho neste tipo de contratação. Por isso, vamos lutar para que o substitutivo seja aprovado no Senado”, afirma a dirigente da CUT Nacional, Graça Costa.

Diferente do PLC 30, o texto de Paulo Paim define o que é atividade-meio e atividade-fim, viabilizando a terceirização do serviço apenas nas atividades-meio, ou seja, naquelas que não forem a principal atividade da empresa. Este é o ponto principal do substitutivo, já que terceirizar a atividade-fim levaria ao agravamento de uma

série de problemas, como trabalho análogo ao escravo, aumento dos acidentes de trabalho, mão de obra precarizada e desrespeito às leis trabalhistas.

Pelo substitutivo do senador gaúcho, também estão garantidos a responsabilidade solidária (quando a empresa contratante se responsabiliza por possíveis danos trabalhistas causados ao trabalhador terceirizado); a representação sindical aos trabalhadores terceirizados; a proibição da quarteirização e pejotização; o estabelecimento do instrumento jurídico que trazer mais benefício ao trabalhador; a igualdade das condições de trabalho entre terceirizados e contratados diretos; e mecanismos de fiscalização das empresas que terceirizam.

Atualmente, o PLC 30 está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado, criada para dar seguimento aos projetos da chamada Agenda Brasil, que impõem uma série de medidas prejudiciais à classe trabalhadora. O relator do projeto, Paulo Paim, já encaminhou requerimento de urgência para que seu parecer seja lido em plenário. “A luta é para que nosso relatório seja apreciado no Senado, e seja a linha de regulamentação dos terceirizados no Brasil”, explica o senador.

O PLC 30 é um dos projetos almejados pelo presidente ilegítimo Michel Temer e aliados no Congresso Nacional, pois beneficia exclusivamente os empresários. Como várias outras proposições defendidas por Temer, o projeto é repudiado pela sociedade, já que traz prejuízos imensuráveis aos trabalhadores terceirizados e à sociedade em geral. Prova disso é a pesquisa pública realizada pelo Senado sobre projeto de lei. Até as 17h21 dessa quarta (30/11), 49.188 pessoas disseram “não” ao PLC 30 e 8.846 disseram “sim”.

Fonte: CUT Brasília

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF